

An aerial photograph of a tall, lattice-structured metal transmission tower standing in a dense, green forest. The tower is the central focus, with several power lines extending from it. The background is filled with thick mist or fog, creating a soft, ethereal atmosphere. The lighting is natural, highlighting the textures of the forest and the structure of the tower.

Tapajós Transmissora de Energia S.A.

Informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2026

Tapajós Transmissora de Energia S.A

Informações financeiras intermediárias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS	3
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	9
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	10

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	13
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
6. CONTAS A RECEBER.....	15
7. ATIVOS DE CONTRATO.....	15
8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	16
9. DEBÊNTURES.....	17
10. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL) CORRENTES E DIFERIDOS	19
11. PIS E COFINS DIFERIDOS	20
12. CONTINGÊNCIAS.....	20
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
14. LUCRO POR AÇÃO.....	22
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22
16. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	22
17. RESULTADO FINANCEIRO.....	23
18. PARTES RELACIONADAS.....	23
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	24
20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	26
21. SEGUROS.....	26

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Tapajós Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Tapajós Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial intermediário em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas .

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 |(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias comparativas do trimestre anteriores revisadas por outros auditores independentes

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, ao resultado abrangente, às mutações do patrimônio líquido, aos fluxos de caixa e ao valor adicionado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, obtidas das Informações Trimestrais - ITR daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2025 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão, datado de 14 de maio de 2025, sem modificação.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2026.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Balanços Patrimoniais
 Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.901	17.330
Títulos e valores mobiliários	5	92.744	50.996
Contas a receber de concessionária e permissionárias	6	30.259	30.455
Ativos de contrato	7	192.737	190.506
Serviços de P&D		2.526	2.526
Partes relacionadas		92	-
Impostos e contribuições a recuperar		886	764
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		11.465	9.924
Outros ativos		1.820	1.204
Total do circulante		356.430	303.705
Não circulante			
Intangível		251	254
Ativos de contrato	7	1.811.418	1.800.232
Total do não circulante		1.811.669	1.800.486
Total do ativo		2.168.099	2.104.191
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.781	1.428
Empréstimos e financiamentos	8	37.340	31.553
Debêntures	9	13.337	10.100
Impostos e contribuições a recolher		2.033	2.030
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		6.658	5.455
PIS e COFINS diferidos	11	-	8.700
Partes relacionadas	20	1.922	-
Dividendos a pagar	18	3.708	3.708
Encargos setoriais		3.293	3.246
Outros passivos		8.845	8.516
Total do circulante		78.917	74.736
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	349.067	349.016
Debêntures	9	248.311	244.070
PIS e COFINS diferidos	11	185.384	175.444
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	378.674	370.996
Outros passivos		208	182
Total do não circulante		1.161.644	1.139.708
Total dos passivos		1.240.561	1.214.444
Patrimônio líquido			
Capital social	13	171.171	171.171
Reserva legal		34.233	34.233
Reservas de lucros		448.454	448.454
Reserva de incentivos fiscais		98.952	98.952
Reserva para investimento e expansão		136.937	136.937
Lucro do período		37.791	-
Total do patrimônio líquido		927.538	889.747
Total do passivo e patrimônio líquido		2.168.099	2.104.191

As notas explicativas são parte integrante nas informações financeiras intermediárias.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstrações do resultado
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	15	61.942	46.330
Custos operacionais	16 (a)	(2.610)	(7.516)
Lucro bruto		59.332	38.814
Despesas gerais e administrativas	16 (b)	(1.224)	(451)
Outras receitas (despesas) operacionais		104	(19)
Total de despesas operacionais		(1.120)	(470)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		58.212	38.344
Receitas financeiras		2.775	4.112
Despesas financeiras		(13.313)	(18.164)
Resultado financeiro	17	(10.538)	(14.052)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		47.674	24.292
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.205)	(895)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(7.678)	(3.838)
Impostos sobre o lucro	10 (a)	(9.883)	(4.733)
Lucro líquido do período		37.791	19.559

As notas explicativas são parte integrante nas informações financeiras intermediárias.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	37.791	19.559
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Tota dos resultados abrangentes	<u>37.791</u>	<u>19.559</u>

As notas explicativas são parte integrante nas informações financeiras intermediárias.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total	
			Legal	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros a realizar			Incentivos fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2024		171.171	29.334	136.067	115.290	117.271	77.250	-	646.383
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	19.559	19.559
Saldo em 31 de março de 2025	13	171.171	29.334	136.067	115.290	117.271	77.250	19.559	665.942
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13	171.171	34.233	136.937	-	448.454	98.952	-	889.747
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	37.791	37.791
Saldo em 31 de março de 2026		171.171	34.233	136.937	-	448.454	98.952	37.791	927.538

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		47.674	24.292
Ajuste para:			
Amortização do intangível		3	3
Remuneração do ativo de contrato	7	(60.743)	(42.016)
Receita de operação e manutenção	7	(4.649)	(9.134)
PIS e COFINS diferidos	11	1.240	598
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias	17	13.316	17.394
Rendimentos de aplicações financeiras	17	(2.911)	(4.309)
		<u>(6.070)</u>	<u>(13.172)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de concessionária e permissionárias		196	(2.130)
Ativo de contrato		51.975	44.684
Impostos e contribuições a recuperar		(122)	(117)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		(1.541)	896
Adiantamento a fornecedores		-	64
Serviços de P&D		-	(88)
Outros ativos		(708)	85
Fornecedores		353	(3.808)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		-	27
Impostos e contribuições a recolher		3	209
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher		1.558	-
Encargos setoriais		47	126
Outros passivos		2.277	330
Caixa gerado proveniente das atividades operacionais		<u>47.968</u>	<u>27.106</u>
Rendimento de aplicações financeiras		-	4.309
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.560)	(477)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais		<u>45.408</u>	<u>30.938</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicação e resgate de títulos e valores mobiliários		(38.837)	(42.522)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos		<u>(38.837)</u>	<u>(42.522)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação		-	12.721
Caixa líquido gerado provenientes das atividades de financiamentos		<u>-</u>	<u>12.721</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>6.571</u>	<u>1.137</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		17.330	37.445
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>23.901</u>	<u>38.582</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>6.571</u>	<u>1.137</u>

As notas explicativas são parte integrante nas informações financeiras intermediárias.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstrações dos valores adicionados
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Receita de remuneração dos ativos de contrato	60.743	42.016
Receita de construção	-	-
Receita de operação e manutenção	4.649	9.134
Outras receitas	3.637	-
	<u>69.029</u>	<u>51.150</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.138)	(6.192)
	<u>(3.138)</u>	<u>(6.192)</u>
Valor adicionado bruto	<u>65.891</u>	<u>44.958</u>
Amortização	(3)	(3)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>65.888</u>	<u>44.955</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.913	4.313
Outras transferências recebidas	6.425	-
	<u>9.338</u>	<u>4.313</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>75.226</u>	<u>49.268</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	819	1.423
Benefícios	415	152
FGTS	167	39
	<u>1.401</u>	<u>1.614</u>
Tributos		
Federais	22.720	9.895
	<u>22.720</u>	<u>9.895</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	13.148	17.395
Aluguéis	-	36
Outras	166	769
	<u>13.314</u>	<u>18.200</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucros líquido do período	37.791	19.559
	<u>37.791</u>	<u>19.559</u>
Valor adicionado	<u>75.226</u>	<u>49.268</u>

As notas explicativas são parte integrante nas informações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional

A Tapajós Transmissora de Energia S.A. ("Tapajós Transmissora", "Companhia" ou "Outorgada"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, constituída em 02 de junho de 2017, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., sendo sua controladora final a Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Rua do Catete, 359 – Flamengo, Rio de Janeiro. CEP: 22.220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa – Republicação, consistente na:

- (i) Linha de Transmissão (LT) Xingu - Altamira, em 230^(*) kV, circuito 1, circuito simples, com extensão aproximada de 61^(*) km, com origem na Subestação Xingu e término na Subestação Altamira;
- (ii) Linha de Transmissão (LT) Altamira - Transamazônica, em 230^(*) kV, circuito 2, circuito simples, com extensão aproximada de 188^(*) km, com origem na Subestação Altamira e término na Subestação Transamazônica e reator não manobrável no terminal da SE Transamazônica;
- (iii) Linha de Transmissão (LT) Transamazônica - Tapajós, em 230^(*) kV, circuito 1, circuito simples, com extensão aproximada de 187^(*) km, com origem na Subestação Transamazônica e término na Subestação Tapajós 2;
- (iv) Subestação (SE) Tapajós 2, em 230/138 - 13,8 kV^(*) Tapajós - 2 x 150 MVAR^(*);
- (v) Compensador Síncrono de reativos (CS) (-75/+150 MVAR^(*)), com transformador elevador e demais equipamentos;
- (vi) Compensador Síncrono de reativos (CS) (-55/+110 MVAR^(*)) na SE Rurópolis 230^(*) kV com transformador elevador e demais equipamentos associados;
- (vii) Demais equipamentos de compensação reativa; e
- (viii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linhas, interligação de barramentos, conexões de reatores, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, suspensão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 09 de novembro 2021, a ANEEL por meio da REA nº 10.861/2021 autorizou a implantação de melhoria na instalação da SE Xingu autorizando a substituição do transformador 500/230/13,8 kV. A obra foi concluída em novembro de 2023, data a partir da qual iniciou-se o recebimento da RAP, que para o ciclo de 2024-2025 é de R\$ 6.889, valor já está contemplado na Resolução Homologatória (REH) 3.348/2024. Ademais, a REH nº 3.481/2025, atualizou a receita da melhoria supracitada para R\$ 7.255, ciclo 2025/2026.

Em 11 de outubro de 2022, a ANEEL por meio do Despacho nº 2.940/2022 autorizou implantação de reforços na instalação de Altamira - Implementação do Sistema Especial de Proteção, contemplando o sistema de telecomunicação com aquisições de painel, equipamento de gerenciamento e supervisão (MUX), equipamentos de segurança (firewalls) para rota B na LT 230 kV Xingu - Altamira C1. O despacho não homologou parcelas adicionais.

(*) Não revisado.

1.1. Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão nº 048/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 21 de julho de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 20 de julho de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do Poder Concedente.

Conforme Lei nº 15.190 de 08 de agosto de 2025, em seu Art. 7º- "Quando requerida a renovação da licença ambiental com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficará este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva da autoridade licenciadora". A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12.780/2021, e apesar da mesma ter vencido em 22 de setembro de 2024, a solicitação de renovação desta licença atendeu o item "Obrigações", constante nesta LO, que ratifica sobre o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua validade, que segundo protocolo nº 001497/2024, constata o atendimento dentro de prazo, garantindo a continuidade das operações da Companhia até a emissão da nova licença.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estando elas estabelecidas conforme detalhado abaixo:

Ciclo	RAP	Resolução homologatória (RH)	Índice de correção
2025-2026	203.761	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	IPCA
2024-2025	193.469	nº 3.348, de 15 de julho de 2024	

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

1.2. Reforma tributária sobre consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de março de 2026, data base destas informações financeiras trimestrais não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

1.3. Alienação do controle acionário

Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações do capital social e mudança de controle da Companhia, entre a Equatorial Transmissão S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB"), na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pela *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ)*.

Com a conclusão desta transação, a Companhia passou a integrar o Grupo econômico da Verene, através da IEB.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes, próprias das informações contábeis intermediárias, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não vigentes

Os novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, cuja vigência ainda não se iniciou, não apresentam alterações relevantes em relação às informações anteriormente divulgadas na Nota Explicativa nº 3.16 das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, não sendo esperados impactos significativos nas informações financeiras da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota explicativa 3 – Políticas contábeis materiais, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser analisadas e lidas em conjunto.

No trimestre não houve alterações relevantes nas estimativas contábeis e não ocorreram mudanças relevantes nas políticas contábeis adotadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	117	67
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	23.784	14.470
Operações compromissadas	-	2.793
Total	<u>23.901</u>	<u>17.330</u>

(a) O caixa e equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, e Operações Compromissadas com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Os CDBs têm sua remuneração baseada na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada no período de três meses findos em 31 de março de 2026 equivale a 96,25% a.a. do CDI (100,10 % a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5. Títulos e valores mobiliários

	31/03/2026	31/12/2025
Fundo de Investimento		
Cotas de fundos de investimento (a)	92.744	50.996
Total	<u>92.744</u>	<u>50.996</u>

(a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras ou companhias de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.

A carteira da Companhia tem como benchmark de remuneração a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo a rentabilidade média ponderada da carteira no período de três meses findos em 31 de março de 2026 equivale a 99,13% a.a. do CDI (101,69 % a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6. Contas a receber

Segue abaixo a composição do contas a receber:

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	19.111	20.325
Saldos vencidos		
90 dias	951	378
entre 91 e 180 dias	448	1.060
entre 181 e 365 dias	1.448	764
acima de 365 dias (a)	8.301	7.928
Total (b)	<u>30.259</u>	<u>30.455</u>

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outros passivos”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui ingerência, responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. Com base nessa avaliação, a perda de crédito esperada foi considerada não relevante para as demonstrações financeiras do exercício. A Companhia monitora continuamente eventuais mudanças no risco de crédito.

7. Ativos de contrato

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	192.737	190.506
Não circulante	1.811.418	1.800.232
Total	<u>2.004.155</u>	<u>1.990.738</u>

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

Em 31 de dezembro de 2024	1.500.648
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	9.134
Remuneração (b)	42.016
Amortização (c)	(44.684)
Em 31 de março de 2025	1.507.114
Em 31 de dezembro de 2025	1.990.738
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	4.649
Remuneração (b)	60.743
Amortização (c)	(51.975)
Em 31 de março de 2026	2.004.155

- (a) O saldo decorre da contrapartida de receita de manutenção e operação reconhecida no exercício;
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final do contrato de concessão.

8. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	37.340	31.553
Não circulante	349.067	349.016
Total	386.407	380.569

(a) Características

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	Vigência	
			Início	Vencimento
FDA - Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações	nov/19	out/38

(b) Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	32.939	366.285	399.224
Ingressos	-	12.722	12.722
Encargos	7.977	-	7.977
Transferências	(51)	51	-
Custo de transação (a)	51	-	51
Principal e encargos	41.119	381.629	422.748
Custo de transação (a)	(203)	(2.571)	(2.774)
Em 31 de março de 2025	40.916	379.058	419.974
Em 31 de dezembro de 2025	31.553	349.016	380.569
Encargos	5.787	-	5.787
Transferências	(51)	51	-
Custo de transação (a)	51	-	51
Principal e encargos	37.545	351.434	388.979
Custo de transação (a)	(205)	(2.367)	(2.572)
Em 31 de março de 2026	37.340	349.067	386.407

- (ix) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

(c) Cronograma de amortização

	31/03/2026	%
Circulante	37.340	10%
2027	29.286	8%
2028	29.286	8%
2029	29.286	8%
2030 em diante	263.576	68%
Subtotal (não circulante)	351.434	91%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(2.367)	(1%)
Não circulante	349.067	90%
Total de empréstimos	386.407	100%

(d) *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiro, cujo não cumprimento, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

9. Debêntures

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	13.337	10.100
Não circulante	248.311	244.070
Total	261.648	254.170

(a) Características

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento
1ª (i)	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39
1ª (i)	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Não conversíveis em ações
- (3) Espécie quirografária
- (4) Debêntures incentivadas
- (5) Garantia fidejussória

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

(b) Movimentação

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	7.091	240.784	247.875
Encargos e variação monetária	3.202	6.032	9.234
Transferências	(131)	131	-
Custo de transação (a)	131	-	131
Principal e encargos	10.821	253.853	264.674
Custo de transação (a)	(528)	(6.906)	(7.434)
Em 31 de março de 2025	10.293	246.947	257.240
Em 31 de dezembro de 2025	10.100	244.070	254.170
Encargos e variação monetária	3.236	4.112	7.348
Transferências	(129)	129	-
Custo de transação (a)	130	-	130
Principal e encargos	13.865	254.691	268.556
Custo de transação (a)	(528)	(6.380)	(6.908)
Em 31 de março de 2026	13.337	248.311	261.648

(i) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	31/03/2026	%
Circulante	13.337	5%
2027	8.213	3%
2028	10.670	4%
2029	13.288	5%
2030 em diante	222.520	85%
Subtotal (não circulante)	254.691	97%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(6.380)	(2%)
Não circulante	248.311	95%
Total de debêntures	261.648	100%

(d) *Covenants* e garantias das debêntures

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Verene Subholding S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação às informações trimestrais intermediárias período findo em 31 de março de 2026.

<i>Covenants</i> debêntures	1ª emissão
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	3,07
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	4,65

10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) correntes e diferidos

(a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IR e CSLL	47.674	47.675	24.292	24.292
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	11.919	4.291	6.073	2.186
IRPJ subvenção governamental	(6.321)	-	(3.547)	-
Outras adições (reversões) permanentes	(6)	-	14	7
Total	5.592	4.291	2.540	2.193
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	2.205	-	895
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	5.592	2.086	2.540	1.298
Total	5.592	4.291	2.540	2.193
Taxa Efetiva	12%	9%	10%	9%

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	Baixas	31/03/2026
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal	17.968	-	-	17.968
Base negativa de CSLL	382	-	(73)	309
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	169	-	-	169
Total	18.519	-	(73)	18.446
Passivo fiscal diferido				
Custo/ Receita - CPC 47/IFRS 15	(388.590)	(7.651)	-	(396.241)
Outros	(925)	46	-	(879)
Total	(389.515)	(7.605)	-	(397.120)
Total líquido	(370.996)	(7.605)	(73)	(378.674)

(c) Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2029, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	2029	Total
IR / CSLL diferidos a realizar	4.142	4.669	4.910	4.725	18.446

11. PIS e COFINS diferidos

	31/03/2026	31/12/2025
PIS	33.068	32.847
COFINS	152.316	151.297
	<u>185.384</u>	<u>184.144</u>
Circulante	-	8.700
Não circulante	185.384	175.444

A base de cálculo está apresentada a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Receita sobre ativos financeiros	60.743	210.897
Receita Anual Permitida – RAP	(51.975)	(201.433)
Receita de Operação e Manutenção	4.649	20.045
Revisão de premissas do ativo de contrato (a)	-	460.581
Base para PIS/COFINS diferido	<u>13.417</u>	<u>490.090</u>
Alíquota	9,25%	9,25%
PIS/COFINS diferidos (i)	<u>1.240</u>	<u>45.334</u>
Saldo no início do exercício (ii)	184.144	138.810
Saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (i) + (ii)	<u>185.384</u>	<u>184.144</u>

(a) A variação nesta linha refere-se à adoção da metodologia do ativo de contrato explicada na nota explicativa nº 7.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia.

A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a Administração entende pela exigibilidade do montante, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanha de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

12. Contingências

Em 31 de março de 2026, assim como em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, e na experiência anterior referente as quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão contábil, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

O total estimado de processos, em 31 de março de 2026, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R\$ 162 (R\$ 160 em 31 de dezembro de 2025), conforme segue:

Possível	31/03/2026	31/12/2025
Cível	83	82
Trabalhista	79	78
Total	162	160

13. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 171.171, representado por 171.170.600 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Verene Transmissão Subholding S.A. (controlada indireta da Verene Energia S.A). Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 330.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

(b) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 448.454 (R\$ 117.271 em 31 de março de 2025).

(c) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 136.067 (R\$136.067 em 31 de março de 2025).

(d) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 98.952 (R\$ 77.250 em 31 de março de 2025).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

14. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	37.791	19.559
Ações ordinárias	171.171	171.171
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,22</u>	<u>0,11</u>

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações contábeis trimestrais.

15. Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração de ativos de contrato (a)	60.743	42.016
Receita de operação e manutenção	4.649	9.134
Outras receitas	3.637	-
Receita bruta	<u>69.029</u>	<u>51.150</u>
PIS/COFINS corrente	(5.138)	(3.633)
PIS/COFINS diferidos	(1.241)	(598)
Encargos do consumidor (b)	(708)	(589)
Deduções da receita	<u>(7.087)</u>	<u>(4.820)</u>
Receita operacional líquida	<u>61.942</u>	<u>46.330</u>

- (a) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 7 – Ativos de contrato;
(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

16. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros (i)	(1.636)	(5.953)
Pessoal	(825)	(1.397)
Material	(10)	(67)
Amortização do ativo intangível	-	(3)
Arrendamento e aluguéis	(12)	(35)
Outros custos operacionais	(127)	(61)
Total	<u>(2.610)</u>	<u>(7.516)</u>

- (i) A variação é decorrente da realização de serviços de reparação no compensador síncrono em 2025, em virtude de sinistro.

(b) Despesas gerais e administrativas

	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(575)	(358)
Serviços de terceiros	(546)	(22)
Arrendamento e aluguéis	-	(1)
Seguros	(79)	-
Amortizações	(3)	-
Outras (Despesas) Receitas operacionais	(21)	(70)
Total	<u>(1.224)</u>	<u>(451)</u>

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

17. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Rendimento de aplicações financeiras	2.911	4.309
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(138)	(201)
Outras receitas financeiras	2	4
Receitas financeiras	<u>2.775</u>	<u>4.112</u>
Encargos da dívida	(13.316)	(17.397)
Juros, multas s/ operação de energia	-	(1)
Outras receitas (despesas) financeiras	3	(766)
Despesas financeiras	<u>(13.313)</u>	<u>(18.164)</u>
Resultado financeiro	<u>(10.538)</u>	<u>(14.052)</u>

18. Partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, conforme detalhado a seguir:

	31/03/2026		31/12/2025	31/03/2025	
	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	
Contas a receber					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	3
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	5
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	13
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - (i)	-	-	-	-	8
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - (i)	-	-	-	-	6
Barreiras Transmissora De Energia S.A. (ii)	12	12	-	-	48
Buritirama Transmissora De Energia S.A (ii)	10	10	-	-	46
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A (ii)	15	15	-	-	68
Jaíba Transmissora De Energia S.A (ii)	27	27	-	-	128
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A (ii)	13	13	-	-	54
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A (ii)	15	15	-	-	62
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	43
Total	<u>92</u>	<u>92</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>484</u>
Contas a pagar					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	(81)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	(39)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	(13)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	(15)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - (i)	-	-	-	-	(14)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - (i)	-	-	-	-	(6)
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A. (ii)	45	45	-	-	-
Verene Energia S.A. (ii)	1.760	1.760	-	-	-
Verene Transmissão Subholding S.A(ii)	2	2	-	-	(635)
Barreiras Transmissora De Energia S.A. (ii)	-	-	-	-	(17)
Buritirama Transmissora De Energia S.A (ii)	-	-	-	-	(45)
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A (ii)	-	-	-	-	(15)
Jaíba Transmissora De Energia S.A (ii) (ii)	115	115	-	-	(721)
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A(ii)	-	-	-	-	(20)
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A(ii)	-	-	-	-	(15)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	-	(39)
Total	<u>1.922</u>	<u>1.922</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.675)</u>
Dividendos a pagar					
Verene Transmissão Subholding S.A (iii)	3.708	-	3.708	-	-
Total	<u>3.708</u>	<u>-</u>	<u>3.708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) Como detalhado na nota explicativa 1.2 - Alteração do controle acionário, a Companhia não faz mais parte do grupo da Equatorial S.A., sendo assim essas Entidades não são mais partes relacionadas da Companhia.

- (ii) As transações entre partes relacionadas demonstradas acima referem-se a gastos compartilhados suportados pelas empresas do grupo, incorridos durante o período de transição e de estruturação da alteração de controle acionário.
 - (iii) Refere-se ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios para distribuição, em 31/12/2025.
- a) Remuneração do pessoal chave da administração
O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

A Diretoria Executiva é remunerada de forma compartilhada entre todas as controladas da holding Verene Energia S.A. O Conselho de Administração possui modelo de remuneração distinto: os membros que atuam nos Conselhos de Administração das Companhias têm sua remuneração atribuída e paga diretamente por cada uma delas, conforme estabelecido nos respectivos instrumentos de governança.

Para o período de três meses findos em 31 de março de 2026, não houve aprovação de novos valores de remuneração, permanecendo vigente o montante total de R\$ 315 aprovado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, observado o modelo de remuneração aplicável a cada instância de governança no âmbito do Grupo.

Os membros da Administração não mantêm operações de empréstimos, adiantamentos ou outros acordos com a Companhia além daqueles relacionados aos serviços prestados no curso normal de suas atividades. A Companhia não concede ao seu pessoal-chave da Administração benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato, benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

19. Instrumentos financeiros

19.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança com acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo estes dívida líquida sobre EBITDA.

19.2. Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

	Nota	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	Custo amortizado	117	117	67	67
CDB e operações compromissadas	4	2	VJR*	23.784	23.784	17.263	17.263
Títulos e valores mobiliários	5	2	VJR*	92.744	92.744	50.996	50.996
Concessionárias e permissionárias	6	1	Custo amortizado	30.259	30.259	30.455	30.455
Total				146.904	146.904	98.781	98.781
Passivos a custo amortizado:							
Fornecedores	-	1	Custo amortizado	1.781	1.781	1.428	1.428
Empréstimos e financiamentos	8	1	Custo amortizado	386.407	386.407	380.569	380.569
Debêntures	9	1	Custo amortizado	261.648	268.569	254.170	254.170
Total				649.836	656.757	636.167	636.167

*VJR – Valor justo por meio do resultado

19.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o período de três meses findos em de 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

20.1. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	380.569	-	-	5.838	386.407
Debêntures	254.170	-	-	7.478	261.648
Total	634.739	-	-	13.316	648.055

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

21. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de março de 2026, estão demonstrados a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco operacional (i)	30/04/2025 a 30/06/2026	542.482
Responsabilidade civil (i)	30/04/2025 a 30/06/2026	50.000
Directors and officers	28/07/2025 a 28/01/2027	60.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas que são controladas pela Verene Energia S.A., sua controladora final.

Diretoria

José Cherem Pinto,
 Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
 Diretora Financeira

Daniela Martins Costa Elarrat
 Contadora
 CRC RJ 120.115/O-0